



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Direito

Unidade curricular

Direito da Economia

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Nuno Cunha Rodrigues

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Sara Rodrigues - Assistente

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O curso de Direito da Economia pretende estudar o enquadramento jurídico dos mecanismos de intervenção económica directa e indirecta ao dispor do Estado.

Serão analisadas diversas formas de intervenção como as nacionalizações; o regime de vedação de sectores: o sector público empresarial; o direito da concorrência ou a regulação sectorial.

Não será negligenciado o estudo da Constituição Económica e do Direito da União Europeia.

Conteúdos programáticos

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDL)

Ano lectivo 2020-2021

PROGRAMA **DIREITO DA ECONOMIA**

3.º Ano

Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Assistente: Dra. Sara Rodrigues

DIREITO DA ECONOMIA

PROGRAMA

Setembro 2020

Introdução

1. Origens da disciplina
2. Problemas pedagógicos e científicos particulares - o estudo do direito da economia



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

como área paradigmática da moderna pulverização das fronteiras entre direito público e privado e da incorporação de processos de análise económico na metodologia jurídica

Parte I

Aspectos gerais de direito da economia

Capítulo primeiro

Noções introdutórias fundamentais

- 1 - Objecto e funções do direito da economia
- 2 - Evolução do direito da economia
- 3 - As fontes do direito da economia - Aspectos gerais
- 4 - Especificidades de metodologia jurídica no direito da economia - a *juridicização* de conceitos e avaliações económicas
- 5 - A renovação das formas de intervenção do Estado na economia - A regulação económica em geral e a redefinição do objecto do direito da economia. Novas perspectivas e modalidades de intervenção pública em contexto de crise económica.
- 6 - A internacionalização do direito da economia
- 7 - O direito da economia e o processo de integração europeia.

Capítulo segundo

A constituição económica

- 1 - Conceitos de constituição económica
- 2 - As constituições económicas portuguesas - perspectiva histórica sumária
- 3 - A constituição económica de 1976
 - 3.1. - O contexto da adopção da constituição económica de 1976 - a ruptura constitucional de 1974-75 – e os princípios gerais da constituição de 1976 na sua formulação originária
 - 3.2. - As revisões constitucionais de 1982 e de 1989 (em especial)
 - 3.3. - As revisões constitucionais posteriores a 1989 e a sua interacção com o processo de



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

integração europeia

4 - A emergência de uma constituição económica europeia

4.1. - O desenvolvimento de uma constituição económica europeia - aspectos gerais - o papel da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia

4.2. - Os Tratados de Maastricht, Amsterdão e Nice e a formação de uma constituição económica europeia

4.3. - O Tratado de Lisboa e o seu reflexo sobre a consolidação de uma constituição económica europeia

Capítulo terceiro

Direito económico nacional

1 - O objecto essencial do direito da economia nacional após as revisões constitucionais de 1982 e de 1989

2 - A atual constituição económica. Em particular os regimes dos:

(i) Sectores de propriedade de meios de produção;

(ii) Intervenção económica pública directa e

(iii) Intervenção pública indirecta

Capítulo quarto

Iniciativa económica e intervenção económica pública

1 - Iniciativa económica e estrutura de propriedade dos meios de produção

2 - O sector cooperativo e social

3 - O sector privado

3.1. - Conceito e delimitação do sector privado

3.2. - O problema dos sectores vedados à iniciativa privada - evolução e sentido actual do regime de delimitação de sectores

4 - O sector público

4.1. - Perspectiva geral



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

4.2. - O sector empresarial público em Portugal;

4.2.1. - Nacionalizações e sector empresarial do Estado

4.2.2. - O regime do sector empresarial do Estado: do Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril, ao Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro - uma "*refundação*" do sector empresarial do Estado. A introduzida pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro;

4.2.3. - O Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei N.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro);

4.2.4. - A reforma da administração pública e a proliferação de institutos públicos empresariais - o regime dos institutos públicos

4.2.5. - O sector empresarial autárquico e regional

4.2.5.1. - As reformas do regime do sector empresarial local

4.2.5.2. - O sector empresarial público das Regiões Autónomas

Capítulo quinto

Alteração das condições de intervenção pública - os processos de privatização e os processos de regulação económica - remissão para a parte especial

1 - O processo de privatizações em Portugal (reprivatizações e privatizações)

1.1. - Perspectiva histórica geral

1.2. - A Lei n.º 11/90, de 5 de Abril – Lei-Quadro das Privatizações (alterada pela Lei n.º 102/2003, de 15 de Novembro e pela Lei n.º 50/2011, de 13 de Setembro), e a Lei n.º 71/88, de 24 de Maio

1.3. - O desenvolvimento do processo de privatizações - Principais fases e questões jurídicas fundamentais

1.4. - Problemas jurídicos específicos das operações de privatização:

(i) O direito das privatizações e o direito europeu económico e da concorrência

(ii) O direito das privatizações face ao direito comercial, em geral, e ao direito dos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

valores mobiliários

2 - Novos processos de intervenção pública na economia

2.1. - Perspectiva geral - a *pulverização* de fronteiras entre o direito público e o direito privado

2.2. - A concertação económica e social

2.3. - O contratualismo económico (contratos económicos e contratos administrativos)

2.4. - As parcerias público-privadas

2.5. - Os processos de regulação económica em geral (remissão para a Parte II)

Parte II

Áreas especiais do direito da economia

Capítulo primeiro

Direito da Concorrência

1 - Perspectiva geral sobre o direito da concorrência e sobre os processos de regulação económica – a articulação da regulação económica com o direito da concorrência

2 - A regulação como fenómeno transitório ou como enquadramento duradouro que coexiste com o direito da concorrência

3 - Direito da concorrência (defesa da concorrência) e economia de mercado - os objectivos do direito da concorrência

4 - Noções básicas de direito da concorrência nacional e de direito da concorrência da UE

4.1. - Direito da concorrência nacional - perspectiva histórica e a reforma global de 2003 no contexto da reforma do ordenamento do direito comunitário da concorrência posterior ao *Livro Branco sobre a Política de Concorrência* de 1999.

4.2. – A reforma do direito nacional da concorrência de 2012: a Lei n° 19/2012, de 8 de Maio. O Estatuto da Autoridade da Concorrência Portuguesa – Decreto-Lei n° 125/2014, de 18 de Agosto

4.3. - A articulação entre o direito da concorrência nacional e o direito da concorrência da



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

UE;

4.3. – O Direito da concorrência em especial

4.3.1. – O conceito de empresa em direito da concorrência

4.3.2. – O conceito de mercado relevante

4.3.3. – A reforma do conceito de mercado relevante: o direito da concorrência e a economia digital

4.3.4.1. - Processos de cooperação entre empresas

4.3.4.2. – Modalidades de cooperação entre empresas proibidas pelo direito da concorrência:

4.3.4.2.1. – Enquadramento geral;

4.3.4.2.2. – Acordo entre empresas

4.3.4.2.3. – Prática concertada

4.3.4.2.4. – Decisão de associação de empresas

4.3.4.3. – A cooperação entre empresas restritiva da concorrência e a justificação de práticas em princípio proibidas por critérios de balanço económico

4.3.5.1. - O abuso de posição dominante

4.3.5.2. – Modalidades de abuso de posição dominante e enquadramento jus-concorrencial

4.3.6. - Controlo de concentrações entre empresas

4.4. - Normas de concorrência aplicáveis aos Estados - o regime dos auxílios de Estado

4.5. – O estatuto de clemência: regime de dispensa e atenuação especial de coimas por infracções às normas nacionais de concorrência

Capítulo segundo

Direito da regulação económica

5.1. - Perspectiva geral

5.2. - Regulação económica na UE e em Portugal



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5.3. - Principais experiências de regulação económica na UE e em Portugal – a repartição de competências entre a UE e os Estados Membros no domínio da regulação económica

5.3.1. – Introdução à regulação sectorial:

5.3.1.1. Regulação do sistema financeiro;

5.3.1.2. Regulação do sector das comunicações electrónicas;

5.3.1.3. Regulação do sector energético;

5.3.1.4. Regulação da saúde;

5.3.1.4. Outras experiências sectoriais – breve referência e remissão

5.4. – A Lei-Quadro das Autoridades Reguladoras Independentes

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino consiste, essencialmente, no modelo de aulas de teor expositivo (aulas teóricas) bem como a avaliação contínua (aulas práticas).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino (avaliação incluída) visa a aplicação a situações concretas de modelos teóricos adquiridos, como é reclamado pelas especificidades das matérias jurídicas e sua relevância prática

Bibliografia principal

MORAIS, Luís; RODRIGUES, Nuno Cunha e PARDAL, Paulo Alves, *Direito da Economia*, AAFDL, Lisboa, 2014

FERREIRA, Eduardo Paz, *Direito da Economia*, AAFDL, Lisboa, 2001

MARQUES, Maria Manuel Leitão, SANTOS, António Carlos dos e GONÇALVES, Maria Eduarda, *Direito Económico*, Almedina, Coimbra, 7.^a edição, 2014

RODRIGUES, Nuno Cunha, *A nova Lei Quadro das Entidades Reguladoras*, in *Revista Direito & Política*, n.º 6, Fevereiro-Abril 2014, pp. 88 94



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

RODRIGUES, Nuno Cunha, *A adjudicação de concessões na nova lei da concorrência*, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 5, 2012, pp. 47 a 68

RODRIGUES, Nuno Cunha, *A regulação da economia colaborativa na União Europeia*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. 59, n.º 2, pp. 59-82

RODRIGUES, Nuno Cunha, *O quadro da responsabilidade civil extracontratual das entidades reguladoras do setor financeiro*, in *Revista de Concorrência e Regulação*, ano VIII, n.º 29, pp. 71-106

RODRIGUES, Nuno Cunha, *Regulação em geral e regulação da saúde*, in *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, 2017, 16 (supl 3), S09-S16

SILVA, Miguel Moura e, *Direito da concorrência – uma introdução jurisprudencial*, AAFDL, Lisboa, 2018